



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLÊS, NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFARIA, EM SÉRIE ÚNICA DA COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **Companhia de Gás de São Paulo - Comgás**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 10º andar, CEP 04551-000, Vila Olímpia, São Paulo – SP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 61.856.571/0001-17, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando o debenturista adquirente da debênture da segunda emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturista");

(b) **Oliveira Trust DTVM S.A.**, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei 9.514/97, com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, CEP 22640-100, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n. 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, da Espécie Quirográfaria, em Série Única, da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debênture"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 4 de agosto de 2008, em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro, artigo 59 da Lei 6404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("RCA").



Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão da Debênture será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Emissão não será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conformidade com a dispensa automática de registro prevista no artigo 5º, inciso II da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme posteriormente alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"), bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

2.2.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial Estado de São Paulo e no Jornal "O Estado de São Paulo", nos termos do artigo 62, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos e registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão da Debênture será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), no prazo de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data da manifestação da CVM quanto à dispensa do registro, conforme item 2.1 acima, em atendimento ao artigo 23 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, conforme promulgado por esta entidade em assembléia geral realizada em 18 de dezembro de 2007 ("Código ANBID").

2



2.5. Registro para Colocação

2.5.1. A Debênture será registrada para distribuição no (i) mercado primário através do Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), operacionalizado e administrado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a Debênture liquidada em mercado primário e custodiada na CETIP.

2.5.2. A Debênture será registrada para custódia no mercado secundário através do Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), não sendo admitida sua negociação no mercado secundário. O posterior registro para negociação da Debênture no mercado de bolsa ou de balcão organizado sujeitar-se-á necessariamente ao registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM n.º 400/03, ressalvado o disposto na Cláusula 5.1, "m" abaixo.

2.6. Agência de Classificação de Risco

2.6.1. A Debênture desta Emissão não será submetida à avaliação (*rating*) por Agência de Classificação de Risco.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Série

A Emissão será realizada em série única.

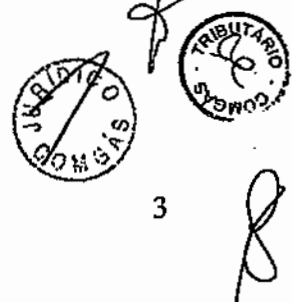
3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão ("Valor Total da Emissão").

3.3. Quantidade de Debêntures

Será emitida uma única Debênture.

3.4. Destinação de Recursos



Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para financiamento de investimentos e/ou capital de giro da Emissora.

3.5. Limite da Emissão

A Emissão atende ao limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, pois o Valor Total da Emissão não ultrapassa o valor do capital social da Emissora que, em 30 de junho de 2008, totalizava R\$ 326.570.354,96 (trezentos e vinte e seis milhões, quinhentos e setenta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme verificado nas Informações Trimestrais da Emissora, com data base de 30 de junho, publicada em 23 de julho de 2008.

3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a segunda emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

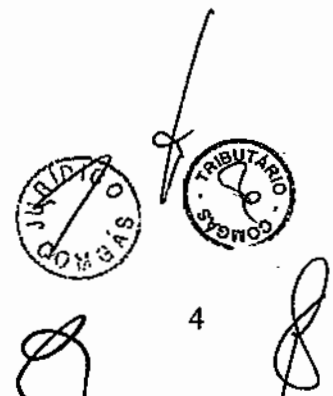
O banco mandatário e agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, na Cidade de Deus s/n, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 60746948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE

4.1. Colocação

A Debênture será objeto de distribuição pública, em lote único e indivisível, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., por meio do sistema SDT, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debênture Simples, da Espécie Quirografária, Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, em Série Única, da Segunda Emissão Pública da Companhia de Gás de São Paulo - Comgás.

4.2. Data de Emissão da Debênture



JUL 5 2008

Para todos os efeitos legais, a data de emissão da Debênture será 5 de agosto de 2008 ("Data de Emissão").

100.000.000,00

4.3. Valor Nominal Unitário da Debênture

O valor nominal unitário da Debênture ("Valor Nominal Unitário"), na respectiva Data de Emissão, será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. A Debênture será da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não será conversível em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não será emitido certificado representativo da Debênture. Para todos os fins e efeitos, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração da Debênture, o Banco Escriturador. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND.

4.5. Espécie

4.5.1. A Debênture será da espécie quirografia e, portanto, não contará com garantia.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

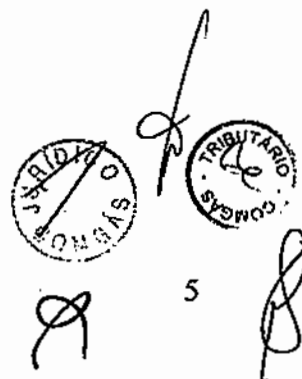
4.6.1. A Debênture será subscrita pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Valor de Integralização").

4.6.2. A Debênture será integralizada, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, conforme o caso.

4.7. Data de Vencimento

A Debênture vencerá em 5 de agosto de 2014 ("Data de Vencimento").

5



4.8. Amortização

O Valor Nominal Unitário da Debênture, será pago em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, conforme cronograma abaixo:

Data de Amortização	Percentual de Amortização
5 de agosto de 2012	33,33%
5 de agosto de 2013	33,33%
5 de agosto de 2014	33,34%

4.9. Remuneração

4.9.1. A remuneração da Debênture contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão da Debênture, estabelecidos com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra group", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

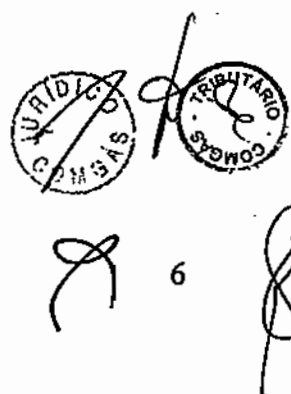
4.9.1.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão da Debênture até a data de seu efetivo pagamento.

4.9.1.2. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

6



Juros

J Valor unitário dos juros flutuantes, acrescido do *Spread* acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture da Série única informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorJuros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data de cálculo (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k Taxas DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

JUCESP

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil, utilizada com (duas) casas decimais;

dk número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d_k" um número inteiro;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

Spread Spread, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- (1) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- (2) O fator resultante da expressão $[(1 + TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (3) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[(1 + TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (4) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.1.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é anual, nos termos da Cláusula 4.9.2 abaixo.

JUL 2020



4.9.1.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte do Debenturista, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.1.5. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, desde o primeiro dia da ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.6. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembléia Geral de Debenturista (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) ("AGD"), nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida AGD, para deliberar, de comum acordo com a Emissora, a nova taxa de juros referencial da Remuneração, devendo a Debênture ser remunerada nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e o Debenturista representando a totalidade da Debênture em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data de encerramento da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá adquirir a Debênture em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. A Debênture adquirida nos termos deste item (i) será cancelada pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da Debênture a ser adquirida, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade da Debênture em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento da Debênture. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização da

9 8



Handwritten signatures and numbers 9 and 8.



Debênture pela Emissora (a) o Debenturista receberá o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral da Debênture, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelo Debenturista e apresentada à Emissora na referida AGD. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.9.1.7. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios da Debênture, permanecendo a última Taxa DI conhecida anterior a ser utilizada até esta data.

4.9.2. A Remuneração será paga anualmente a partir da Data de Emissão da Debênture, tornando-se devido e exigível o primeiro pagamento em 5 de agosto de 2009.

4.9.2.1. A última data de pagamento para a Debênture ocorrerá na Data de Vencimento. Cada data de pagamento da Remuneração, será doravante designada como "Data de Pagamento da Remuneração".

4.9.2.3. Fará jus à Remuneração aquele que seja titular da Debênture ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.10. Repactuação

A Debênture não será objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP, e, posteriormente, enviados à CVM.

4.12. Resgate Antecipado

10



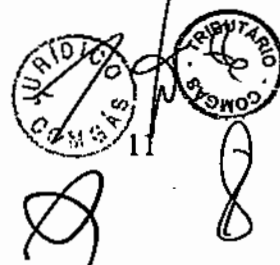
A Emissora poderá resgatar a Debênture a partir da Data de Emissão, a qualquer momento, mediante notificação ao Debenturista e ao Agente Fiduciário com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. A Debênture será resgatada pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro.

4.12.1. Em caso de resgate antecipado, a Emissora celebrará em conjunto com o Agente Fiduciário aditamento a Escritura de Emissão para cancelamento da Emissão.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário da Debênture em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão da Debênture até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) pedido por parte da Emissora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora formular pedido de aut falência;
- (b) liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal, deferimento ou decretação de falência da Emissora;
- (c) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias relacionada à Debênture e devidas ao Debenturista, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de vencimento original;
- (d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias



JUL 20 2022

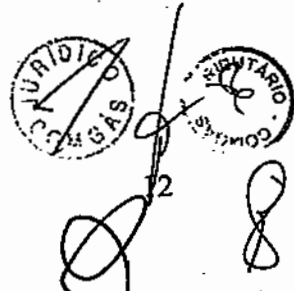
corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;

AUG 20 2022

- (e) realização de redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia do titular da Debênture, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (f) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão, excetuando o pagamento dos dividendos mínimos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações;
- (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (h) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Distribuição;
- (i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Debenturista em AGD especialmente convocada para este fim. Não serão considerados cessão ou transferência de direitos e/ou obrigações, para fins da Escritura de Emissão, eventos de reorganização societária que tenham por efeito a transmissão de direitos e/ou obrigações de quaisquer das Partes por sucessão legal, os quais ficam desde já expressa e especificamente autorizados; e
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.1.1. O evento a que se refere o subitem (d), acima somente será considerado evento de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção do procedimento descrito no item 4.13.2. abaixo, após o final do prazo de 30 (trinta) dias nele referido.

2



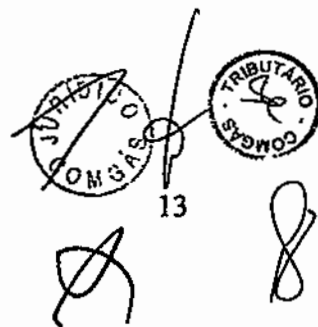


4.13.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (h), (i), (j) da Cláusula 4.13.1, a Debênture tornar-se-á vencida, devendo o Agente Fiduciário enviar notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora comunicando tal fato ("Declaração de Vencimento Antecipado da Debênture").

4.13.3 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 4.13.2), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, respeitados os prazos previstos em cada um dos Eventos de Inadimplemento, AGDs, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas AGDs, o Debenturista representando a totalidade da Debênture em Circulação decidir por não considerar o vencimento antecipado da Debênture, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado da Debênture; caso contrário, em segunda convocação, das referidas AGDs, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado da Debênture. A não instalação da referida AGD por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção do Debenturista em não declarar antecipadamente vencida a Debênture.

4.13.4. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, considerar-se-á a data de vencimento antecipado da Debênture (i) a data do recebimento pela Emissora de notificação relativa à Declaração de Vencimento Antecipado da Debênture, conforme item 4.13.2 acima; ou (ii) a data em que se realizar a AGD de que trata o item 4.13.3. acima se tal AGD aprovar o vencimento antecipado da Debênture ("Data de Vencimento Antecipado").

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado da Debênture pela AGD, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário da Debênture em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a Data de Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da Data de Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.14. abaixo.



JUCESP

4.14. Multa e Juros Moratórios

100000

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida ao titular da Debênture, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração (conforme definida na cláusula 4.9 acima), ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês. A multa compensatória acima devida somente será devida caso o atraso em qualquer pagamento seja superior a 2 (dois) dias úteis.

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do titular da Debênture para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus a Debênture serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. Caso a Debênture não estiver custodiada junto à CETIP terá os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

JUCESP

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses do titular da Debênture, deverão ser veiculados na forma de avisos no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal "O Estado de São Paulo", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

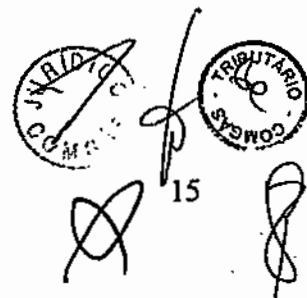
(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (ii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima; e
- (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de Vencimento Antecipado referidas no item 4.13 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas à Debênture, nos limites desta Escritura de Emissão; e
- (iv) no prazo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício fiscal, a Declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão.

(b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

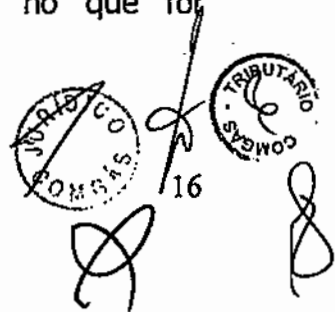
(c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e tornar público aos seus acionistas e ao titular da Debênture, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;

15



10059

- (d) convocar, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) informar o Agente Fiduciário, no menor prazo possível, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante o titular da Debênture;
- (i) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (j) manter contratado durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Banco Escriturador e o Agente Fiduciário;
- (k) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do titular da Debênture ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao titular da Debênture nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (m) na hipótese de o Debenturista resolver registrar a Debênture para negociação nos termos do item 2.6.2. acima, cooperar no que for



JUDICIAL

razoavelmente necessário para elaboração de um prospecto nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, ~~sem que tenha~~, no entanto, que assumir quaisquer custos ou despesas relacionados a confecção de tal prospecto ou outras providências relacionadas ao registro para negociação, sendo tais custos e despesas de integral responsabilidade do Debenturista interessado;

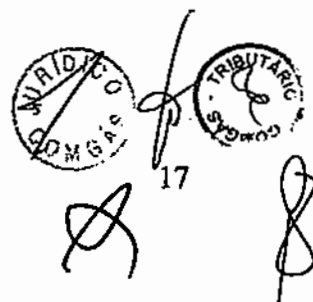
- (n) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
- (o) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (p) prover atendimento, de forma eficiente, ao Debenturista;
- (q) manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, ~~autorizações ou aprovações necessários para o regular funcionamento da~~ Emissora, assim como para o exercício de suas atividades, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

5.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do titular da Debênture deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo titular da Debênture e posteriormente ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelo titular da Debênture incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante do titular da Debênture. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelo titular da Debênture, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia do titular da Debênture para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust DTVM S.A. que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão do titular da Debênture.

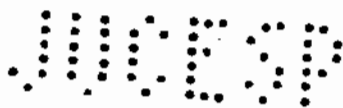
17



JUCESP

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

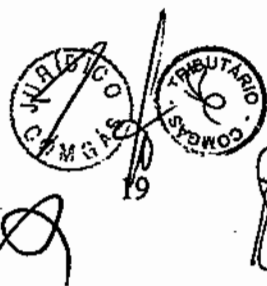
- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28") para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.



6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento da Debênture ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) remuneração trimestral de R\$2.900,00 (dois mil e novecentos reais), sendo o primeiro pagamento devido 5 (cinco) dias após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes na mesma data dos trimestres subseqüentes, até a Data de Vencimento;
- (b) salvo se de outra forma aprovado pelo Debenturista, conforme item 5.2 acima, no caso de inadimplemento no pagamento da Debênture ou de reestruturação prévia, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 400,00 por hora-homem de trabalho dedicado ao (i) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com o Debenturista; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.
- (c) as parcelas citadas na alínea "a" e "b" supra, serão reajustadas pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que o primeiro ocorrerá apenas em 5 de agosto de 2009, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.
- (d) os honorários do Agente Fiduciário serão devidos mesmo após a Data de Vencimento da Debênture, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora; e,
- (e) os honorários serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento, tais como : (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e (iv) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).





6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses do titular da Debênture, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando o titular da Debênture acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;





(k) elaborar relatórios destinados ao Debenturista, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- b. alterações estatutárias ocorridas no período;
- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

d. posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;

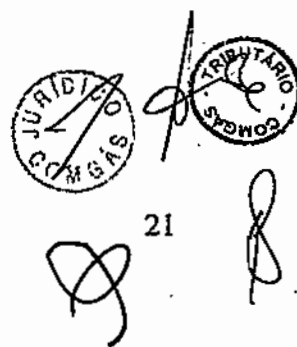
e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;

g. pagamento de Remuneração realizados no período.

(l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior ao titular da Debênture até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- a. na sede da Emissora;
- b. na sede do Agente Fiduciário;
- c. na CVM; e
- d. na CETIP;





- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando ao titular da Debênture que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação do titular da Debênture e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar o titular da Debênture, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da data que tomar ciência, de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições da Debênture.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão do titular da Debênture na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencida a Debênture e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos do titular de Debênture; e



JUCEP

(d) representar o titular da Debênture em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1.

O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a AGD assim autorizar nos termos do disposto no item 4.13. acima. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação do titular da Debênture em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelo titular da Debênture que represente a totalidade da Debênture em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a observação o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e ao titular da Debênture, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado ao titular da Debênture, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da Debênture, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.



JUL 2020

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

AUG 2020

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la ao titular da Debênture em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. O titular da Debênture poderá, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão do titular da Debênture.

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelo titular da Debênture que represente a totalidade da Debênture em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A AGD instalar-se-á, com a presença do titular da Debênture que represente a totalidade da Debênture em Circulação.

7.5. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debênture em circulação a Debênture subscrita, excluídas aquelas de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração, as mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora ("Debênture em Circulação")

7.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

7.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar ao titular da Debênture as informações que lhe forem solicitadas.



JUL 2020

7.8. A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelo titular da Debênture ou àquele que for designado pela CVM;

AUG 2020

7.9. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes à AGD.

7.10. As alterações relativas (i) à Remuneração da Debênture, incluindo a hipótese de que trata o item 4.9.1.7. acima, ou às datas de pagamento da Remuneração, (ii) ao prazo de vencimento da Debênture e/ou (iii) aos eventos de vencimento antecipado previstos no item 4.13. desta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da AGD ou em qualquer convocação subsequente, pelo Debenturista que represente a totalidade da Debênture em Circulação.

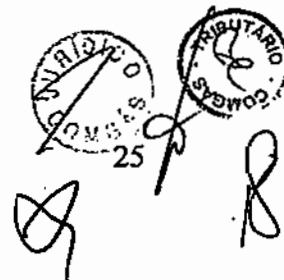
7.11. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão e não expressamente mencionada no item 7.11. acima, dependerá da aprovação do Debenturista que represente a totalidade da Debênture;

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão da Debênture e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação da Debênture não

25





infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (ii) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (iii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (iv) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (vi) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;

(e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(g) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007 e de 30 de junho de 2007 e 2008 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

(h) não há qualquer ligação entre ela e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e

(i) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por



[Handwritten signatures and initials]

JUCESP

escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Gás de São Paulo – Comgás
Rua Olimpíadas nº 205, 10º andar
CEP 04551-000, Vila Olímpia
São Paulo – SP
At.: Roberto Collares Lage
Telefone: (11) 4504-5040
Fac-símile: (11) 4504-5000
Correio Eletrônico: rlage@comgas.com.br

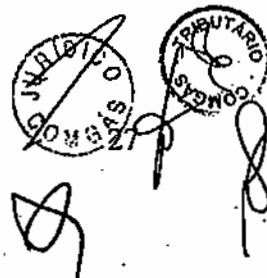
Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A.
Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205
CEP 22640-100 – Barra da Tijuca
At.: Gustavo Dezouart Teixeira Pinto
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/2493-4901
Correio Eletrônico: gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriurador:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia – DAC
At.: João Batista de Souza / Fábio Tomo
Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar
Cep.: 06029-900 – Osasco - SP
Telefone: 11-3684.4522
Fax: 11-3684.5645
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu



JUN 20 2022

envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou ao titular da Debênture em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

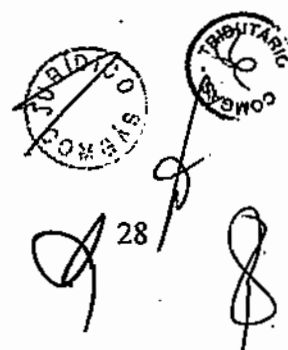
10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e a Debênture constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

Cláusula Onze – LEI E DO FORO

28



E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Emissora

Nome: **ROBERTO LAGE**
Cargo: **Diretor de Finanças**

Agente Fiduciário

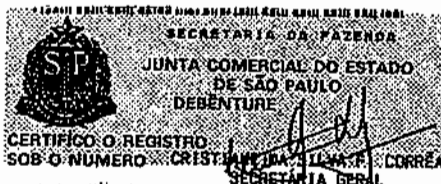
Nome: Patricia Russo
Cargo: CPF 314.714.178-08
RG: 42.328.566-X

~~Nome:~~
~~Cargo:~~

Testemunhas:

Nome: PATRÍCIA SONAGERI
CPF: 130.226.188-67

Nome: FERNANDO G. TONTORILLO
CPF: 268.106.538-46



Text_SP 2021394v1 6856/2

ED000358-0/000

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 104

JUCESP

